



Sociedade de Crédito Direto

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Principais destaques:** A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sedona"), foi constituída em 11 de abril de 2023 perante a JUCESP e obteve sua autorização para funcionamento no Banco Central do Brasil ("BCEN") em 5 de setembro de 2024. A Sedona integra o Conglomerado Cresfa, estando sujeita a normas e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras pertencentes ao conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2025 a Sedona encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações com crédito pessoal no 2º semestre de 2025. A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., obteve um lucro líquido no exercício de R\$ 681 mil, uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de

Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 573.208/0001-20

Relatório da Administração

11,44%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 6.618 mil em 31 de dezembro de 2025. O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 54,79%. **Auditor Independente:** A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., é empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. A política adotada aderente aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira. **Agradecimentos:** A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)		Nota explicativa 31/12/2025	
Ativo		Passivo	
Disponibilidades	4 153	Obrigações fiscais	7 11
Ativos financeiros mensurados	5.a 6.487	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8
Ativo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.480	Outros Impostos e contribuições a recolher	3
Títulos e Valores Mobiliários	6.480	Outros passivos	8 12
Ao custo amortizado	6 6.480	Patrimônio líquido	9 6.618
Operações de crédito	16	Capital social - Domiciliados no país	5.000
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	(9)	Reserva de lucro	1.625
Outros ativos	1	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(7)
Diversos	1		(7)
Total do ativo	6.641	Total do passivo e patrimônio líquido	6.641

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 1º de julho de 2025	9	5.000	65	1.227	-	(11) 6.281
Lucro líquido do semestre						333
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						4
Dotação:						4
Constituição de reserva legal			17	-	(17)	-
Constituição de reserva estatutária			316	-	(316)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9	5.000	82	1.543	-	(7) 6.618
Mutações do semestre						
	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	9	5.000	47	897	-	5.944
Lucro líquido do exercício						681
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(7)
Dotação:						(7)
Constituição de reserva legal			35	-	(35)	-
Constituição de reserva estatutária			646	-	(646)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9	5.000	82	1.543	-	(7) 6.618
Mutações do exercício						
			35	646	-	(7) 674

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sedona" ou "Instituição"), sediada à Rua Canadá, nº 387 - São Paulo - SP, é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 2023 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCEN"), com objetivo de realizar operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e aplicação com registro em cartório de seguros.
A Sedona integra o Conglomerado Cresfa, estando sujeita a normas e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras pertencentes ao conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil.
Em 30 de junho de 2025 a Sedona encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações com crédito pessoal no 2º semestre de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sedona conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.
A Sedona em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. Os efeitos decorrentes da mudança trazida pelas revisões estão na reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro de Crédito Direto (PCID). O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do OSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os instrumentos financeiros anteriormente avaliados a valor de mercado, foram reclassificados para a mensuração de valor justo por outros resultados abrangentes.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis indicam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito e as provisões. Os efeitos definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sedona. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.
As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis
(a) Resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas, devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo valor justo, com base no método exponencial.
Exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são registrados por disponibilidades em moeda nacional, remessas bancárias, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários - carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.
(c) Ativos e passivos financeiros
A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.
A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao Custo Amortizado (CA); (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA) e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).
• **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e vendas; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.
• **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que se correlacionam com o recebimento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à restituição pelo valor do dinheiro no tempo ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.
Mensurados a valor justo por meio do resultado
Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente os descaimentos contábeis.
Os ativos financeiros mensurados ao VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VORA são reconhecidas na demonstração do resultado.
A Instituição pode ocasionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

Mensurados ao custo amortizado
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.
Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.
Operações de crédito
As operações prefixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar, classificadas ao custo amortizado.
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023.
A Sedona integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, na qual são observadas as cartéis em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente a Sedona, possui operando em carteira C5.

Mara Silvia Ramos
Diretora Presidente

Gabriel Klingner Salvini
Diretor

5. Método de Taxa Efetiva de Juros
A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.
A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas à origem das operações de crédito) pela Companhia.
Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.
O pagamento de no mínimo 2 parcelas consecutivas em "dia" do contrato refinanciado. Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais.
• Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.
Método de Taxa Efetiva de Juros
A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.
A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas à origem das operações de crédito) pela Companhia.
Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.
O pagamento de no mínimo 2 parcelas consecutivas em "dia" do contrato refinanciado. Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais.
• Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.
Método de Taxa Efetiva de Juros
A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.
A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas à origem das operações de crédito) pela Companhia.
Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.
O pagamento de no mínimo 2 parcelas consecutivas em "dia" do contrato refinanciado. Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais.
• Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

6. Operações de crédito
Ativos Financeiros ao custo amortizado
As operações de crédito em 31 de dezembro de 2025 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal, Pessoa Física - Setor Privado, atualizadas de acordo com os contratos.
Por faixa de vencimento:
31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados 16
Provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (6)
Provisões para perdas adicionais associadas ao risco de crédito (1)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (2)
Total 11
Por faixa de vencimento:
31/12/2025
De zero a 14 dias de atraso 3
De 61 a 90 dias de atraso 1
Total 4
Problemáticos Inadimplidos:
Menor que um mês 12
Total 16
Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
31/12/2025
Saldo inicial 9
Provisão constituída no exercício 9
Saldo final 9
7. Obrigações Fiscais
31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social a recolher 8
PIS e Cofins a recolher 3
Total 11
8. Outros Passivos
31/12/2025
Total 12
Total 12

9. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 está representado por 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 5.000.
(b) Reserva de Lucro
Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social, sendo constituído no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 35 a título de reserva legal e o montante de R\$ 646 a título de reserva estatutária, totalizando o montante de R\$ 1.625 de reserva legal.
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Os acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.
(d) Ajustes Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA)
Em dezembro de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 7 e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA).
10. Outras despesas administrativas
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Despesas de serviços de terceiros 58 59
Despesa com serviços do sistema financeiro 1 1
Despesas com processamento e dados 6 6
Despesas com publicações 27 8
Despesas de serviços técnicos especializados 1 37
Emolumentos judiciais e cartorários 1 1
Total 93 112
11. Despesa Tributária
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Despesas de contribuição ao COFINS 14 26
Despesas de contribuição ao PIS 3 6
Despesas tributárias 8 8
Total 17 40
12. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Sedona optou pela apuração do imposto de renda sobre pessoa jurídica ("IRPJ") e da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") através regime do lucro presumido:
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Imposto de renda 5 11
Contribuição social 8 9
Total 10 20
12.1. Imposto de renda e contribuição social corrente
A seguir estão demonstrados os cálculos para apuração dos tributos correntes:
31/12/2025

Receita Bruta
Total Receita Operacional 862
Rendimentos Financeiros 2
Redutor da Base de Cálculo do IRPJ - 8% 69
Base de Cálculo do IRPJ 69
Imposto de Renda 11
Despesa com Imposto de Renda
Redutor da Base de Cálculo do CSLL - 12% 103
Base de Cálculo da CSLL 103
Contribuição Social (9%) 9
Despesa com Contribuição Social 9
Total Despesa Imposto de Renda e Contribuição Social 20
A Administração avalia o reconhecimento de ativo fiscal diferido e concluiu pela não constituição, considerando (i) a ausência de evidência convincente de geração de lucros tributáveis futuros, especialmente diante do histórico recente de resultados, (ii) o grau de incerteza associado às projeções econômico-financeiras.

13. Contingências
A Sedona não possui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que exija divulgação nas demonstrações contábeis ou constituição de provisão, conforme os critérios previstos nos pronunciamentos contábeis aplicáveis.
14. Transações com partes relacionadas
a. Remuneração da Administração
No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 não houve remuneração do pessoal-chave da administração, em razão da renúncia formal dos administradores.
b. Outras partes relacionadas
As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:
Valor
• Prestação de serviços Crefftech Serviços de Tecnologia S.A. 16
• Tarifa de serviços Banco Cresfa S.A. 1

15. Gerenciamento de Riscos e de Capital
a. Gerenciamento de Riscos
Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial ("Cresfa"), que compreende

Demonstração do resultado			Demonstração do fluxo de caixa		
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	Nota 2º Semestre	Exercício		2º Semestre	Exercício
	Explicativa	2025	2025	2025	2025
Receitas de intermediação financeira		462	862		
Operações de crédito		8	8	Das atividades operacionais	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	454	854	Lucro líquido do semestre/exercício	333 681
Despesas da intermediação financeira		(9)	(9)	Ajustes ao lucro líquido	4 (7)
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	(9)	(9)	(9)	Ajustes ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4
Resultado bruto da intermediação financeira		453	853	Variações em ativos e passivos	(337) 674
Outras (despesas)/receitas operacionais		(110)	(152)	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(202) (527)
Outras despesas administrativas	10	(93)	(112)	(Aumento) de operações de crédito	(7) (7)
Resultado operacional	11	(12)	(6)	(Aumento) de operações de outros ativos	(1) (1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		343	701	Caixa líquido originado em atividades operacionais	127 140
Imposto de renda e contribuição social corrente		(10)	(20)	Aumento em equivalentes de caixa	127 140
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(5)	(11)	(11)	Equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	26 13
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(6)	(9)	(9)	Equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	153 153
Lucro líquido do semestre/exercício		333	681	Aumento em equivalentes de caixa	127 140
Número de ações (em milhares)	9	5.000	5.000		
Lucro líquido do semestre/exercício por lote de mil ações (R\$)		0,07	0,14		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

Lucro líquido do semestre/exercício 333 681
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes 4 (7)
Resultado abrangente do semestre/exercício 337 674
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

(j) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:
• **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis.
• **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
(k) Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023
Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025, com base na Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021.
A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. através de estudos técnicos elaborados e realizados pela alta administração de negócios não adotará e não fará a aplicação da referida norma entendendo não ser objeto de negócio da instituição, tanto por imaterialidade como também pelo fato de não ter característica de empresa arrendatária em seus contratos de prestação de serviços, não fazer locação nem tampouco sublocação ou qualquer outros interveniências que venham a caracterizar operação de arrendamentos.

4. Disponibilidades
Caixa e equivalentes de caixa:
31/12/2025
Caixa e depósitos bancários 153
Total 153

5. Títulos e valores mobiliários
(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
31/12/2025
Valor do custo amortizado 6.480
Valor de mercado/contábil 6.480
Total 6.480 6.480

O prazo de vencimento do título é de 1º de setembro de 2027.
(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Rendas de títulos de renda fixa 640 854
Total 640 854

6. Operações de crédito
Ativos Financeiros ao custo amortizado
As operações de crédito em 31 de dezembro de 2025 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal, Pessoa Física - Setor Privado, atualizadas de acordo com os contratos.
Por faixa de vencimento:
31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados 16
Provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (6)
Provisões para perdas adicionais associadas ao risco de crédito (1)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (2)
Total 11
Por faixa de vencimento:
31/12/2025
De zero a 14 dias de atraso 3
De 61 a 90 dias de atraso 1
Total 4
Problemáticos Inadimplidos:
Menor que um mês 12
Total 16
Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
31/12/2025
Saldo inicial 9
Provisão constituída no exercício 9
Saldo final 9
7. Obrigações Fiscais
31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social a recolher 8
PIS e Cofins a recolher 3
Total 11
8. Outros Passivos
31/12/2025
Total 12
Total 12

9. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 está representado por 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 5.000.
(b) Reserva de Lucro
Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social, sendo constituído no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 35 a título de reserva legal e o montante de R\$ 646 a título de reserva estatutária, totalizando o montante de R\$ 1.625 de reserva legal.
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Os acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.
(d) Ajustes Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA)
Em dezembro de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 7 e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA).
10. Outras despesas administrativas
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Despesas de serviços de terceiros 58 59
Despesa com serviços do sistema financeiro 1 1
Despesas com processamento e dados 6 6
Despesas com publicações 27 8
Despesas de serviços técnicos especializados 1 37
Emolumentos judiciais e cartorários 1 1
Total 93 112
11. Despesa Tributária
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Despesas de contribuição ao COFINS 14 26
Despesas de contribuição ao PIS 3 6
Despesas tributárias 8 8
Total 17 40
12. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Sedona optou pela apuração do imposto de renda sobre pessoa jurídica ("IRPJ") e da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") através regime do lucro presumido:
2º semestre 2025 Acumulado 2025
Imposto de renda 5 11
Contribuição social 8 9
Total 10 20
12.1. Imposto de renda e contribuição social corrente
A seguir estão demonstrados os cálculos para apuração dos tributos correntes:
31/12/2025

Receita Bruta
Total Receita Operacional 862
Rendimentos Financeiros 2
Redutor da Base de Cálculo do IRPJ - 8% 69
Base de Cálculo do IRPJ 69
Imposto de Renda 11
Despesa com Imposto de Renda
Redutor da Base de Cálculo do CSLL - 12% 103
Base de Cálculo da CSLL 103
Contribuição Social (9%) 9
Despesa com Contribuição Social 9
Total Despesa Imposto de Renda e Contribuição Social 20
A Administração avalia o reconhecimento de ativo fiscal diferido e concluiu pela não constituição, considerando (i) a ausência de evidência convincente de geração de lucros tributáveis futuros, especialmente diante do histórico recente de resultados, (ii) o grau de incerteza associado às projeções econômico-financeiras.

13. Contingências
A Sedona não possui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que exija divulgação nas demonstrações contábeis ou constituição de provisão, conforme os critérios previstos nos pronunciamentos contábeis aplicáveis.
14. Transações com partes relacionadas
a. Remuneração da Administração
No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 não houve remuneração do pessoal-chave da administração, em razão da renúncia formal dos administradores.
b. Outras partes relacionadas
As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:
Valor
• Prestação de serviços Crefftech Serviços de Tecnologia S.A. 16
• Tarifa de serviços Banco Cresfa S.A. 1

15. Gerenciamento de Riscos e de Capital
a. Gerenciamento de Riscos
Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial ("Cresfa"), que compreende

16. Relacionamento com o auditor
Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a Sedona, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do endereço eletrônico www.cresfa.com.br